



**Irmandade da Santa Casa
de Misericórdia de Porto Alegre**

CNPJ/MF Nº 92.815.000/0001-68

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2025**
(Matriz e filiais)

Porto Alegre, 24 de abril de 2026

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO DE 2025

(MATRIZ E FILIAIS)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.a	2.532	29.652
Títulos e Valores Mobiliários	3.b	142.349	90.585
Créditos		634.293	576.522
Contas a Receber	5.a	715.773	640.039
(-) Prov.p/Créditos de Liquidação Duvidosa	5.b	(84.504)	(77.709)
Créditos Patrimoniais	5.c	3.024	14.192
Estoques	6	102.064	76.271
Doações a Receber	7	13.548	19.748
Outros Créditos	8	23.005	29.157
Despesas Antecipadas		1.529	1.485
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo		144.499	132.087
Valores a Receber	9.a	172.331	149.431
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.b	(29.983)	(19.782)
Outros Direitos a Receber	10	2.151	2.437
Investimentos	11	4.476	2.125
Imobilizado	12	1.043.062	1.046.384
Custo Corrigido		1.528.115	1.478.594
(-) Depreciações Acumuladas		(485.053)	(432.210)
Intangível	13	5.990	11.270
Custo Corrigido		28.031	31.184
(-) Amortizações Acumuladas		(22.041)	(19.914)
TOTAL DO ATIVO		2.117.347	2.015.287

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	241.207	209.725
Obrigações Empregatícias		36.376	35.004
Obrigações Sociais		11.522	10.694
Provisões de Férias e Encargos		81.994	75.992
Provisões Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	15	46.133	45.592
Obrigações Tributárias		18.453	17.246
Adiantamento de Clientes		33.180	18.182
Instituições Financeiras	16.a	76.656	84.671
Receitas a Realizar de Doações Privadas e Governamentais	17	21.847	20.128
Outras Obrigações	18	14.041	10.672
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	19.a	-	614
Provisões Trabalhistas	15	85.299	87.331
Instituições Financeiras	16.b	541.236	533.745
Receitas a Realizar de Doações Privadas e Governamentais	19.b	567.554	529.487
Outras Obrigações	19.c	964	1.189
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	20	335.005	327.978
Superávit do Período		5.880	7.038
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.117.347	2.015.287

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	21	2.140.728	1.887.660
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	(1.993.885)	(1.760.424)
(=) Superávit BRUTO		146.844	127.236
(-) Despesas Gerais e Administrativas	23	(39.605)	(42.147)
(+) Receitas Patrimoniais/Eventuais	24	10.301	9.956
(-) Despesas com Serviços Voluntários	25.b	(714)	(606)
(+) Serviços Voluntários Recebidos	25.b	714	606
(+/-) Ganho / (Perda) de Capital		(12.205)	9.022
(=) Superávit ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		105.335	104.067
(+) Receitas Financeiras	26.a	22.577	13.291
(-) Despesas Financeiras	26.b	(122.032)	(110.320)
(=) (Déficit) Financeiro	26	(99.455)	(97.029)
(=) Superávit DO PERÍODO		5.880	7.038

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	2025	2024
Superávit DO PERÍODO	5.880	7.038
(=) Superávit ABRANGENTE DO PERÍODO	5.880	7.038

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	Superávit DO PERÍODO	TOTAL
SALDO EM 31/12/2023	304.245	23.705	327.950
Transferência para o Patrimônio Social	23.705	(23.705)	-
Superávit do Período	-	7.038	7.038
Transferências internas em andamento	28	-	28
SALDO EM 31/12/2024	327.978	7.038	335.016
Transferência para o Patrimônio Social	7.038	(7.038)	-
Superávit do Período	-	5.880	5.880
Transferências internas em andamento	(11)	-	(11)
SALDO EM 31/12/2025	335.005	5.880	340.885

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO (em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do Período		5.880	7.038
Ajustes para reconciliar o Superávit líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações/Amortizações	12	65.991	58.309
Realização de receitas de doações privadas e governamentais	17 e 19.b	(36.505)	(25.186)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Glosas	5.b e 9.b	16.996	21.853
Resultado Baixa de Bens do Ativo Não Circulante- Investimentos	11	(2.701)	211
Resultado na Baixa de Bens do Ativo Não Circulante- Imobilizado	12	9.066	(6.070)
Baixa de Valores a Receber Incobráveis	5 e 9	2.479	1.717
Constituição (Reversão) de Provisões Trabalhistas, Tributárias e Cíveis	15	27.925	60.006
Atualizações sobre Contas a Receber	15	(13.002)	(2.965)
Atualizações sobre Provisões	15	2.240	8.036
Encargos sobre Empréstimos e Financiamentos	16	93.074	90.433
Superávit do Período Ajustado		171.443	213.383
(Aumento) ou Redução dos Ativos			
Títulos e valores mobiliários	3.b	(51.764)	(21.359)
Contas a Receber de Clientes	5 e 9	(101.831)	(112.317)
Estoques	6	(25.793)	1.538
Outros Créditos	8 e 10	37.527	29.182
Despesas Antecipadas		(44)	1.161
Aumento ou (Redução) dos Passivos			
Fornecedores	14 e 19.a	30.857	9.713
Obrigações com Empregados		1.372	1.983
Obrigações Tributárias e Sociais		2.035	1.555
Provisões		(25.653)	(61.472)
Outras Obrigações a Pagar		18.143	(6.739)
Doações privadas e assistências governamentais	17 e 19.b	76.291	64.661
Caixa e Excedentes Gerados pelas Atividades Operacionais		132.582	121.288

Continua na próxima página.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO
(em milhares de reais) (cont.)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações nos Investimentos, Imobilizado e Intangível	11 e 12	(66.455)	(75.468)
Recebimento na Venda de Investimentos e Imobilizado	5	350	927
Caixa e Excedentes Consumido nas Atividades de Investimentos		(66.105)	(74.541)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Captação de Empréstimos e Financiamentos	16	576.983	856.828
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos-Principal	16	(587.809)	(839.535)
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos-Juros	16	(82.772)	(57.845)
Caixa e Excedentes Consumido nas Atividades de Financiamentos		(93.597)	(40.551)
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(27.120)	6.196
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3.a	29.652	23.456
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	3.a	2.532	29.652

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
1 - RECEITAS		2.124.082	1.866.734
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços		2.140.728	1.887.660
Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa		(16.996)	(21.853)
Outras Receitas		350	927
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		880.248	751.568
Custos das Mercadorias e Serviços Vendidos		674.841	580.113
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		202.928	169.737
Perda/Recuperação de Valores Ativos		2.479	1.717
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		1.243.834	1.115.166
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		65.991	58.309
Depreciação e Amortização		65.991	58.309
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		1.177.843	1.056.858
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		88.103	105.246
Receitas Financeiras		22.577	13.290
Outras Transferências Recebidas		65.526	91.956
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		1.265.946	1.162.103
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.265.946	1.162.103
Pessoal e Encargos		1.152.352	1.052.476
Remuneração Direta		1.077.131	983.662
Benefícios		16.758	14.551
FGTS		58.463	54.263
Impostos, Taxas e Contribuições		16	14
Federais		4	1
Municipais		12	13
Remuneração de Capitais de Terceiros		107.698	102.575
Juros		6.908	2.396
Alugueis		10.457	7.966
Despesas com Financiamento		90.333	92.213
Superávit Retido do Período		5.880	7.038

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre – Santa Casa – é uma fundação privada, filantrópica, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Porto Alegre. O seu principal fim é manter hospitais e serviços assistenciais, por tempo indeterminado, onde possam ser socorridos e tratados indivíduos de todas as classes sociais, preferencialmente aqueles reconhecidamente pobres e enfermos que venham a carecer de seu auxílio, sem discriminação de qualquer natureza, constituindo-se, também, em centro de educação, ensino, pesquisa e cultura. É composta pelas unidades hospitalares: Hospital Santa Clara, Hospital São Francisco, Hospital São José, Pavilhão Pereira Filho, Hospital Santa Rita, Hospital da Criança Santo Antônio, Hospital Dom Vicente Scherer, Hospital Dom João Becker, Hospital Nora Teixeira, por unidades de atenção primária à saúde (unidades básicas de saúde), áreas de ensino e pesquisa, pelo Centro Histórico-Cultural e por serviços acessórios às ações de saúde: de lancherias, estacionamento de veículos e pelo Cemitério da Santa Casa. Em 2025, foi encerrado o contrato de gestão das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs junto ao município de Gravataí.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em reunião realizada em 17 de março de 2026.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, em consonância com a interpretação técnica ITG 2002(R1) - Entidades sem Finalidades de Lucros, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes em 31 de dezembro de 2025. Somente as informações relevantes, em sua totalidade, estão sendo divulgadas.

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Entidade para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados; (ii) análise do risco de crédito para a determinação da perda esperada decorrente da provisão para créditos de liquidação duvidosa; e (iii) análise da probabilidade de perda das demandas judiciais para a determinação das provisões para litígios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às incertezas inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

b. Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, pelas taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Quando relacionadas à construção de um ativo qualificável, as variações cambiais são incorporadas ao custo do ativo.

c. Ativos financeiros

Classificação

Em conformidade com as operações e modelo de negócios, a Entidade classifica seus ativos financeiros de acordo com a mensuração pelo custo amortizado, uma vez que a Entidade não possui ativos financeiros complexos ou que não estejam diretamente alinhados ao seu objeto social. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade não detinha ativos financeiros que pudessem ser classificados como valor justo (seja por meio do superávit ou por meio de outros resultados abrangentes). A Entidade reclassifica, quando aplicável, os ativos financeiros, somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, momento em que a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. O desreconhecimento ocorre quando os direitos de receber fluxos de caixa decorrentes do ativo expiram ou são transferidos, e desde que a Entidade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

Os ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos representam exclusivamente pagamentos de principal e juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros.

Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no superávit (déficit) do exercício e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos/(perdas) cambiais. As perdas por “*impairment*” são apresentadas em uma conta separada na demonstração do superávit

(déficit). No caso de alteração do modelo de negócios para determinado ativo, quando aplicável, a Entidade revisa e ajusta a classificação e a mensuração para refletir nas demonstrações contábeis o respectivo modelo de negócios. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de acordo com o modelo de negócios da Entidade, não foi necessária a reclassificação dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado para as demais categorias. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é avaliada de acordo com o modelo de negócio estabelecido pela administração. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade não realizou operações que resultassem em alteração do seu modelo de negócios para os ativos e, conseqüentemente, não foi necessária a realização de qualquer mensuração subsequente.

“Impairment” de ativos financeiros

A Entidade avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de “impairment” aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Quando uma perda (“impairment”) é identificada em relação às contas a receber, a Entidade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. As perdas são estimadas, conforme abordagem simplificada permitida pelo CPC 48, e reconhecidas no resultado ao longo da vida útil dos recebíveis.

d. Regime de escrituração das receitas e dos custos

A receita preponderante da Entidade é advinda da prestação de serviços a seus clientes e é reconhecida pelo valor da remuneração combinado entre as partes, a partir do momento e na mesma medida dos serviços transferidos ao cliente e quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade.

As principais receitas operacionais reconhecidas pela Entidade referem-se aos serviços hospitalares de internação, serviços ambulatoriais, serviços auxiliares de diagnóstico e terapia. A receita financeira decorrente das aplicações financeiras é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos são reconhecidos correspondente à receita reconhecida.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Valores a receber e contingências ativas

Os valores a receber de curto e longo prazos estão registrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”.

As contingências ativas são reconhecidas contabilmente quando classificadas como praticamente certo o seu recebimento.

A receita de serviços autorizados e realizados, mas ainda não faturados devido aos processos de faturamento ou assistencial, foi reconhecida pelos seus valores reais na mesma medida do serviço prestado até 31 de dezembro de 2025. Estes valores estão demonstrados na 5.a Contas a Receber em Formação.

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa e para Glosas são avaliadas mensalmente e foram constituídas, conforme estimativas da Administração, dentro dos limites julgados necessários para fazer face a possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando-se, como base, as experiências passadas e o grau de risco de perdas dos créditos vencidos, estimado pelos serviços de cobrança interno e externo, bem como por seus assessores jurídicos.

h. Estoques

Os estoques são compostos, principalmente, por materiais hospitalares e medicamentos e são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao seu valor líquido realizável.

As provisões para ajuste ao valor líquido realizável e para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

i. Investimentos e propriedades para investimentos

Os investimentos em participações em outras empresas, oriundos de doações concedidas à Entidade ao longo de sua existência estão avaliados ao custo de aquisição.

Propriedades para Investimentos está composta por imóveis não utilizados no desenvolvimento da atividade-fim. Os recebidos até 2005 foram reavaliados em 31/12/2005 por empresa especializada, de acordo com as normas ABNT NBR-14653-1 e NBR-14653-2. Os imóveis recebidos a partir de 2006 foram registrados conforme valores de escrituras de transmissão de bens ou por valores constantes do formal de partilha.

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07 e o entendimento da Entidade foi mantido o valor contábil do custo atribuído, sendo que sua realização ocorrerá somente quando da alienação dos respectivos ativos.

j. Imobilizado

Os bens integrantes do Ativo Imobilizado estão avaliados ao custo de construção ou aquisição, que inclui os custos de empréstimos capitalizados. Os bens imóveis, terrenos e edificações, usados na realização das atividades-fim, adquiridos ou construídos até 31/12/2005, foram reavaliados em 31/12/2005 por empresa especializada, de acordo com as normas ABNT NBR-14653-1 e NBR-14653-2.

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07 e o entendimento da Entidade, foi mantido o valor contábil do custo atribuído, sendo que sua realização será reconhecida no resultado por intermédio das quotas de depreciação ou quando da alienação dos respectivos ativos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, quando é provável que benefícios econômicos serão incorporados para a Entidade e que seu custo possa ser medido de forma confiável, sendo baixado o valor do componente que está sendo repostado. Custos de manutenção normais são reconhecidos nos custos/despesas quando incorridos.

Os bens estão depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica e valor residual estimados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados pela Administração da Entidade, não tendo sido identificada necessidade de alteração das expectativas anteriores. As taxas de depreciação por classe de bens encontram-se divulgadas na Nota 12.

k. Intangível

Os bens integrantes do Ativo Intangível estão avaliados ao custo de desenvolvimento ou aquisição, amortizado pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada pela área de Tecnologia de Informação interna da Entidade. As taxas de amortização por classe de bens encontram-se divulgadas na Nota 13.

l. “Impairment” de ativos não financeiros

O imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que algum ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

Como resultado da análise realizada, não foram identificadas evidências de que os ativos estejam registrados por montante superior ao valor recuperável, seja pelo uso ou pela venda.

m. Obrigações

As obrigações estão apresentadas por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos.

n. Empréstimos e financiamentos

Estão atualizados conforme taxas de correção monetária e juros constantes dos contratos e calculados “*pro rata temporis*”.

Em garantia das obrigações decorrentes dos referidos financiamentos foram caucionados os direitos creditórios que a financiada é titular oriundos dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS, ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS, Unimed POA e a Central de Cooperativas Unimed do Rio Grande do Sul e outros.

Os juros pagos sobre empréstimos foram classificados consistentemente como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa visto representarem custos de obtenção de recursos financeiros.

o. Ajuste a valor presente

Foi efetuada análise dos efeitos de ajuste a valor presente sobre os saldos de contas a receber da Entidade e considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e a liquidação pelos clientes, os valores apurados foram considerados imateriais, não havendo necessidade de ajustes. Da mesma forma, a Entidade avaliou o efeito do Ajuste a Valor Presente sobre saldos dos passivos e não identificou valores materiais que justificassem qualquer ajuste.

p. Provisões e estimativas contábeis

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas e estão ligadas à provisão de perda de valores a receber, da vida útil de ativos imobilizados e intangíveis e de contingências cíveis e trabalhistas. Os resultados reais futuros poderão apresentar variações em relação às estimativas.

q. Reconhecimento da receita advinda de doações privadas e assistências governamentais

De acordo com interpretação técnica ITG 2002(R1), aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, a partir de 1º/01/2012 a receita advinda de doações privadas e de assistências governamentais devem ser reconhecidas no resultado do período, na medida de sua realização, ou em contas específicas do passivo enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

O reconhecimento no resultado é realizado na medida da ocorrência efetiva da despesa, quando a doação ou assistência for destinada para despesas de custeio, ou da despesa de depreciação, amortização ou de baixa do bem, quando for destinada para despesas de capital.

r. Receitas financeiras

A receita é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (“*impairment*”) é identificada em relação às contas a receber, a Entidade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

s. Tributação

A Entidade goza de imunidade tributária, conforme previsto no inciso VI, letra c, do Artigo 150 da Constituição Federal de 1988. A renúncia fiscal abrange impostos sobre seu patrimônio, serviços e rendas, nas esferas Federal, Estadual e Municipal (Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Programa de Integração Social, Imposto de Importação, Imposto Territorial Rural, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos, Imposto Predial e Territorial Urbano e Imposto sobre Serviços).

Imunidade das Contribuições para a Seguridade Social: a Entidade cumpre o previsto na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021 que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes, regulamentada pelo Decreto nº 11.791/2023, fazendo jus à certificação e à imunidade, conforme requisitos estabelecidos para entidades de saúde, mencionado em seu inciso I do Art. 7º.

t. Arrendamentos

A Entidade é arrendatária de prédios comerciais e equipamentos utilizados em sua atividade fim. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 2 a 5 anos, porém podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. Quando houver, a Entidade considerou apenas os componentes de arrendamentos com base nos preços isolados. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente. Os contratos contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas.

Os passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber). São descontados utilizando a taxa de juros explícita no contrato de arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente identificada, é utilizada a taxa baseada no custo médio ponderado de capital da Entidade.

A Entidade está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os valores dos arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Custos de restauração.

Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo ou de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor são aqueles com valor unitário abaixo de R\$ 20.000,00.

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos arrendamentos de ativos imobilizados da Entidade. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão do contrato. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Entidade, e não pelo respectivo arrendador.

A movimentação da conta de direito de uso está demonstrada na Nota 12.3.

u. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA busca evidenciar a riqueza gerada pelas empresas e sua distribuição e foi preparada com base em informações dos registros contábeis usados na preparação das demonstrações, de acordo com as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Apesar de a legislação brasileira não exigir a elaboração da DVA para as entidades sem finalidades de lucros, ela está sendo divulgada.

v. Novas normas e interpretações

Pronunciamentos novos e alterados em vigor no exercício corrente:

No exercício corrente, a Entidade analisou uma série de alterações aos pronunciamentos contábeis pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que são obrigatoriamente válidas para período 2025. A partir da análise, a entidade conclui que não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações contábeis.

- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;
- CPC 18 (R3) – Investimentos em Coligadas, Controladas e *Joint Ventures*;
- CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro;
- ICPC 09 (R3) – Demonstrações Individuais, Separadas e Consolidadas;
- OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de Emissão e Créditos de Descarbonização(CBIO).

Pronunciamentos novos e revisados, emitidos e ainda não aplicáveis:

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Entidade não adotou os pronunciamentos novos e revisados a seguir, já emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ainda não aplicáveis:

- CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, aprovado em outubro de 2025 e divulgado em janeiro de 2026, que substitui o CPC 26 (R1) e está alinhado ao IFRS 18;
- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 (R28), aprovada em outubro de 2025 e divulgada em janeiro de 2026, que atualiza referências normativas decorrentes da implementação do CPC 51.

A Entidade avaliou previamente os pronunciamentos mencionados acima e, na sua opinião, tais pronunciamentos não geram impactos significativos no resultado ou no patrimônio líquido (exceto pelos impactos do CPC 51) divulgado pela Entidade nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, em razão de sua vigência futura.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	38	34
Bancos conta corrente	207	10.096
Aplicações financeiras	2.287	19.522
Total	2.532	29.652

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e referem-se a certificados de depósitos bancários, fundos de renda fixa e poupança, remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e pelos respectivos rendimentos.

b. Títulos e valores mobiliários

	2025	2024
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto – com restrição	142.349	90.585
Total	142.349	90.585

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se a valores aplicados com restrição de uso, por ordem de instrumento jurídico pertinente ou por combinação administrativa, e não podem ter destinação diversa às estabelecidas nos mesmos. Os valores estão apresentados com rendimentos calculados “*pro rata temporis*” na data de 31 de dezembro de 2025.

Os Títulos e Valores Mobiliários se referem a recursos vinculados a convênios e instrumentos firmados com órgãos governamentais, cuja utilização está restrita às finalidades estabelecidas nos respectivos termos contratuais.

Os recursos estão aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Fundos de Investimento de Renda Fixa e caderneta de poupança. As aplicações em CDBs e fundos de renda fixa possuem liquidez diária e são remuneradas a taxas que variam entre 90% e 100,5% do CDI. A caderneta de poupança é remunerada conforme as regras vigentes aplicáveis a essa modalidade.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2025 estão registrados pelos seus valores de realização e liquidação. As aplicações financeiras estão valorizadas conforme descrito na Nota 3. Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento de curtíssimo prazo desses instrumentos. A composição dos instrumentos financeiros é a que segue:

	2025	2024
Ativos financeiros		
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3.a)	2.532	29.652
Títulos e valores mobiliários (Nota 3.b)	142.349	90.585
Contas a receber de clientes (Nota 5 e 9.a.6)	631.105	573.097
Total	775.986	693.334
Passivos financeiros		
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores e outras obrigações (Notas 14, 18.a e 19.a)	245.155	213.784
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	617.892	618.415
Passivos de arrendamento (Notas 18.f e 19.c.2)	825	1.085
Total	863.872	833.284

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre as partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a pagar e a receber e outros referentes a instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, assemelham-se ao valor justo.

As atividades da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. (a) Risco de mercado; (i) Risco cambial decorre da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado, principalmente com relação ao euro. (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Entidade incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos de longo prazo captados. São simulados diversos cenários levando em consideração renegociações, renovação de posições existentes e novos financiamentos. A Entidade monitora as taxas de juros de mercado, com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. (b) Risco de crédito. O risco de crédito decorre de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. A área financeira avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira,

experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. (c) Risco de liquidez A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, a qual monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

5. CONTAS A RECEBER DE CURTO PRAZO

a. As contas a receber de curto prazo estão assim compostas:

	2025	2024
Valores a receber do Sistema Único de Saúde – SUS	141.851	95.500
Valores a receber do Inst. de Prev. do Estado do RS-IPERGS	90.677	89.187
Valores a receber de outros convênios	330.235	311.354
Valores a receber de particulares	26.679	26.349
Contas a receber em formação ¹	126.331	117.649
Total	715.773	640.039

(¹) Valores parciais de contas hospitalares referentes a serviços autorizados e realizados, mas ainda não faturados devido aos processos de faturamento ou de atendimentos ainda em andamento.

b. As provisões para créditos de liquidação duvidosa e glosas foram constituídas, conforme os critérios descritos na Nota 2.1 (g), e estão assim compostas:

	2025	2024
Valores a receber do Inst. de Prev. do Estado do RS-IPERGS	(13.197)	(14.699)
Valores a receber de outros convênios	(48.760)	(49.780)
Valores a receber de particulares	(7.455)	(7.881)
Valores a receber do Sistema Único de Saúde – SUS	(15.092)	(2.624)
Contas a receber em formação	-	(2.725)
Total	(84.504)	(77.709)

A movimentação das provisões para créditos de liquidação duvidosa e glosas estão assim compostas:

	2025	2024
Saldo inicial	(77.709)	(62.034)
(-) Reversões ou Baixas	5.958	11.813
(+) Constituição ou Complemento	(12.753)	(27.488)
(=) Saldo final	(84.504)	(77.709)

c. Créditos patrimoniais: valores a receber referentes à venda de propriedades para investimentos ou de locações/arrendamentos de espaços e estão assim compostos:

	2025	2024
Vendas de propriedades para investimento	-	11.201
Arrendamentos perpétuos no Cemitério	2.499	2.364
Aluguéis de imóveis	525	627
Total	3.024	14.192

A entidade tem um montante de R\$ 715.773 de títulos a receber em 2025. O quadro abaixo demonstra a posição dos títulos de acordo com a data de vencimento:

“Aging” - Contas a Receber	2025	2024
A vencer	468.807	247.260
De 4 - 12 meses	90.017	172.670
De 13 - 24 meses	65.162	42.459
De 25 - 36 meses	30.856	42.036
Acima de 36 meses	60.931	143.358
Total	715.773	647.783

6. ESTOQUES

Os estoques, avaliados conforme critérios mencionados na Nota 2.1 (h), estão assim compostos:

	2025	2024
Material médico-hospitalar e medicamentos	60.601	48.304
Materiais para manutenção e obras	407	421
Gêneros alimentícios e produtos nutricionais	1.093	1.358
Materiais de terceiros em consignação	37.646	23.785
Outros materiais	2.317	2.403
Total	102.064	76.271

7. DOAÇÕES A RECEBER

Valores a receber a doações monetárias destinadas a projetos de expansão ou modernização da Entidade, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos específicos, no montante de R\$ 13.548 (R\$ 19.748 em 2024).

8. OUTROS CRÉDITOS

O grupo de outros créditos está assim composto:

	2025	2024
Adiantamento a empregados	2.761	3.666
Adiantamento a fornecedores	5.875	1.357
Vale transporte	2.546	3.334
Valores a receber das atividades de ensino/pesquisa	6.192	7.007
Valores bloqueados judicialmente	1.403	1.392
União Federal	-	8.178
Outros créditos	4.228	4.223
Total	23.005	29.157

9. VALORES A RECEBER A LONGO PRAZO

a. Os valores componentes deste grupo referem-se a:

	2025	2024
a.1) Valores a receber do Sistema Único de Saúde, em cobrança judicial com trânsito em julgado, atualizados monetariamente até 31/12/2025, conforme índices judiciais.	44.539	37.724
a.2) Valores a receber do Sistema Único de Saúde, em cobrança judicial sem trânsito em julgado ou administrativa.	20.982	23.542
a.3) Valores a receber de diversos convênios de saúde, em cobrança judicial.	23.448	10.000
a.4) Valores a receber de particulares, em cobrança judicial	26.289	23.736
a.5) Valores a receber do IPERGS	19.717	7.892
a.6) Valores a receber pela venda de arrendamentos perpétuos vincendos em:		
2026	-	1.509
2027	1.522	932
2028	973	353
2029	364	-
2030	1	-
Subtotal	2.860	2.794
a.7) Valores a receber referentes a doações monetárias para os projetos de expansão ou modernização da Entidade comprometidos pelos doadores através de instrumentos jurídicos específicos para tal fim.	13.360	27.080
a.8) Hospital de Santo Antônio da Patrulha LP	12.428	9.838
a.9) Outros Valores a Receber	8.708	6.826
Total	172.331	149.432

b. As provisões para créditos de liquidação duvidosa e glosas foram constituídas sobre os valores a receber citados nos itens acima, a.2), a.3) , a.4) e a.7), conforme critérios descritos na Nota 2.1 (g), e estão assim compostas:

	2025	2024
Valores a receber do Inst. de Prev. do Estado do RS-IPERGS	(5.912)	(1.402)
Valores a receber de outros convênios	(9.133)	(7.853)
Valores a receber de particulares	(11.064)	(4.818)
Valores a receber do Sistema Único de Saúde – SUS	-	(5.624)
Valores a receber de Santo Antônio da Patrulha - HSAP	(3.291)	-
Outros valores a receber	(583)	(85)
Total	(29.983)	(19.782)

A movimentação das provisões para créditos de liquidação duvidosa e glosas estão assim compostas:

	2025	2024
Saldo inicial	(19.782)	(13.604)
(-) Reversões ou Baixas	2.333	147
(+) Constituição ou Complemento	(12.534)	(6.325)
(=) Saldo final	(29.983)	(19.782)

10. OUTROS DIREITOS A RECEBER

	2025	2024
a) Depósitos recursais judiciais para discussões de processos de natureza trabalhista feitos sempre que a Entidade entender que a defesa é viável. Os valores estão atualizados até 31/12/2025, conforme índices utilizados pela Justiça do Trabalho. Os valores estimados para as prováveis perdas estão provisionados nos Passivos Circulante e Não Circulante.	1.303	1.360
b) Depósitos recursais judiciais para discussões de processos de natureza cível ou tributária feitos sempre que a Entidade entender que a defesa é viável.	452	465
c) Tributos a recuperar, conforme ação de repetição de indébito na Justiça Estadual.	396	612
Total	2.151	2.437

11. INVESTIMENTOS

Os valores constantes deste grupo referem-se a participações em outras empresas e a imóveis não utilizados nas atividades-fim. Os investimentos estão avaliados, conforme, Nota 2.1 (i).

	2025	2024
Participações em outras empresas	88	88
Propriedade para Investimentos:	4.388	2.036
Imóveis situados em Porto Alegre/RS	3.288	936
Imóveis situados no interior do Rio Grande do Sul	1.040	1.040
Imóveis situados em outros estados do Brasil	60	60
Total	4.476	2.125

No exercício de 2025, foi registrado um aumento em propriedade para investimento decorrente de doação de pessoa física e de legados, referentes a quatro imóveis localizados no município de Porto Alegre.

12. IMOBILIZADO

Custo	2025	2024
Imobilizado	1.516.888	1.459.827
Imobilizado de terceiros	4.552	12.604
Direito de uso	6.675	6.163
Total	1.528.115	1,478.594

Depreciação Acumulada	2025	2024
Imobilizado	(477.780)	(424.220)
Imobilizado de terceiros	(1.372)	(2.682)
Direito de uso	(5.901)	(5.128)
Total	(485.053)	(432.210)
Líquido	1.043.062	1.046.384

12.1 IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está avaliado de acordo com a Nota 2.1 (j) e apresentou a seguinte movimentação e composição em 2024:

Custo	Imóveis - Terrenos	Imóveis - Edificações	Reavaliação - Terrenos	Reavaliação - Edificações	Instalações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos	Aparelhos Médicos, Instrumentos Cirúrgicos e móveis hospitalares	Aparelhos de Proc. de Dados	Veículos	Ferramentas - Outras	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 01/01/2024	23.833	636.340	77.109	53.093	191.995	290.770	66.429	429	223	75.693	1.415.914
Adições	-	-	-	-	11.915	30.834	2.817	-	8	23.192	68.766
Transferências	-	38.071	-	-	(5.776)	205	5.193	-	61	(38.383)	(629)
Devoluções a fornecedores	-	-	-	-	(29)	(72)	-	-	-	-	(101)
Baixas	(830)	-	-	-	(8.192)	(11.139)	(3.892)	-	(70)	-	(24.123)
Saldo em 31/12/2024	23.003	674.411	77.109	53.093	189.913	310.598	70.547	429	222	60.502	1.459.827
Depreciação											
Taxas médias anuais		3%		3%	10%	10%	20%	20%	10%		
Saldo em 01/01/2024	-	(77.325)	-	(22.908)	(91.789)	(153.963)	(42.343)	(415)	(172)	-	(388.915)
Adições	-	(16.549)	-	(1.214)	(10.761)	(20.107)	(6.842)	(5)	(10)	-	(55.488)
Transferências	-	-	-	-	51	(10)	420	(9)	(61)	-	391
Devoluções a fornecedores	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Baixas	-	-	-	-	7.599	8.313	3.810	-	69	-	19.791
Saldo em 31/12/2024	-	(93.874)	-	(24.122)	(94.899)	(165.767)	(44.955)	(429)	(174)	-	(424.220)
Saldo líquido											
Saldo em 01/01/2024	23.833	559.015	77.109	30.185	100.206	136.807	24.086	14	51	75.693	1.026.999
Saldo em 31/12/2024	23.003	580.537	77.109	28.971	95.014	144.831	25.592	-	48	60.502	1.035.607

O Ativo Imobilizado está avaliado de acordo com a Nota 2.1 (j) e apresentou a seguinte movimentação e composição em 2025:

Custo	Imóveis - Terrenos	Imóveis - Edificações	Reavaliação - Terrenos	Reavaliação - Edificações	Instalações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos	Aparelhos Médicos, Instrumentais Cirúrgicos e móveis hospitalares	Aparelhos de Proc.de Dados	Veículos	Ferramentas - Outras	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 01/01/2025	23.003	674.411	77.109	53.093	189.913	310.598	70.547	429	222	60.502	1.459.827
Adições	-	-	-	-	5.170	8.500	5.266	-	5	42.396	61.337
Transferências	-	41.147	-	-	1.889	(39)	7.427	-	-	(43.037)	7.387
Devoluções a fornecedores	-	-	-	-	(12)	(30)	(1)	-	-	-	(43)
Baixas	-	-	-	-	(2.437)	(8.561)	(617)	-	(5)	-	(11.620)
Saldo em 31/12/2025	23.003	715.558	77.109	53.093	194.523	310.468	82.622	429	222	59.861	1.516.888
Depreciação											
Taxas médias anuais		-		3%	10%	10%	20%	20%	10%		
Saldo em 01/01/2025	-	(93.874)	-	(24.122)	(94.899)	(165.767)	(44.955)	(429)	(174)	-	(424.220)
Adições	-	(18.666)	-	(1.149)	(11.017)	(21.743)	(10.167)	-	(9)	-	(62.751)
Transferências	-	-	-	-	-	39	(51)	-	-	-	(12)
Baixas	-	-	-	-	1.688	7.023	(487)	-	5	-	9.203
Saldo em 31/12/2025	-	(112.540)	-	(25.271)	(104.228)	(180.448)	(54.686)	(429)	(178)	-	(477.780)
Saldo líquido											
Saldo em 01/01/2025	23.003	580.537	77.109	28.971	95.014	144.831	25.592	-	48	60.502	1.035.607
Saldo em 31/12/2025	23.003	603.018	77.109	27.822	90.295	130.020	27.936	-	44	59.861	1.039.108

O Ativo Imobilizado de Terceiros está avaliado de acordo com a Nota 2.1 (j) e apresentou a seguinte movimentação e composição em 2024:

Custo	Imóveis - Edificações	Instalações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos	Aparelhos Médicos, Instrumentais Cirúrgicos e móveis hospitalares	Aparelhos de Proc. de Dados	Ferramentas, outras	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 01/01/2024	8.479	1.079	2.361	194	3	-	12.116
Adições	-	60	781	83	-	-	924
Transferências	-	-	2	(1)	-	-	1
Devoluções a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	(131)	(244)	(62)	-	-	(437)
Saldo em 31/12/2024	8.479	1.008	2.900	214	3	-	12.604
Depreciação							
Taxas médias anuais	3%	10%	10%	20%	10%	0%	
Saldo em 01/01/2024	(1.201)	(564)	(786)	(77)	(3)	-	(2.631)
Adições	(46)	(47)	(191)	(35)	-	-	(319)
Transferências	-	-	-	1	-	-	1
Devoluções a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	25	37	25	-	-	87
Saldo em 31/12/2024	(1.247)	(586)	(940)	(86)	(3)	-	(2.862)
Saldo líquido							
Saldo em 01/01/2024	7.278	515	1.575	117	-	-	9.485
Saldo em 31/12/2024	7.232	422	1.960	128	-	-	9.742

O Ativo Imobilizado de Terceiros está avaliado de acordo com a Nota 2.1 (j) e apresentou a seguinte movimentação e composição em 2025:

Custo	Imóveis - Edificações	Instalações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos	Aparelhos Médicos, Instrumentais Cirúrgicos e móveis hospitalares	Aparelhos de Proc. de Dados	Ferramentas, outras	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2025	8.479	1.008	2.900	214	3	-	12.604
Adições	-	-	165	3	-	242	410
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(7.336)	(614)	(483)	(26)	(3)	-	(8.462)
Saldo em 31/12/2025	1.143	394	2.582	191	-	242	4.552
Depreciação							
Taxas médias anuais	3%	10%	10%	20%	10%	20%	
Saldo em 01/01/2025	(1.247)	(586)	(940)	(86)	(3)	-	(2.862)
Adições	(45)	(39)	(202)	(38)	-	-	(324)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	1.089	460	237	25	3	-	1.814
Saldo em 31/12/2025	(203)	(165)	(905)	(99)	-	-	(1.372)
Saldo líquido							
Saldo em 01/01/2025	7.232	422	1.960	128	-	-	9.742
Saldo em 31/12/2025	940	229	1.677	92	-	242	3.180

O Ativo de Arrendamentos está avaliado de acordo com a Nota 2.1 (j) e (t) e apresentou a seguinte movimentação e composição em 2024:

Custo	Imóveis - Edificações	Instalações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos	Aparelhos Médico, Instrumentais Cirúrgicos e móveis hospitalares	Total
Saldo em 01/01/2024	4.121	828	598	5.547
Adições	592	226	307	1.125
Baixas	-	(509)	-	(509)
Saldo em 31/12/2024	4.713	545	905	6.163
Depreciação				
Taxas médias anuais	50%	50%	50%	
Saldo em 01/01/2024	(3.057)	(672)	(598)	(4.327)
Adições	(869)	(160)	(153)	(1.182)
Baixas	-	381	-	381
Saldo em 31/12/2024	(3.926)	(451)	(751)	(5.128)
Saldo líquido				
Saldo em 01/01/2024	1.064	156	-	1.220
Saldo em 31/12/2024	787	94	154	1.035

O Ativo de Arrendamentos está avaliado de acordo com a Nota 2.1 (j) e (t) e apresentou a seguinte movimentação e composição em 2025:

Custo	Imóveis - Edificações	Instalações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos	Aparelhos Médico, Instrumentais Cirúrgicos e móveis Hospitalares	Total
Saldo em 01/01/2025	4.713	545	905	6.163
Adições	-	4	508	512
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	4.713	549	1.413	6.675
Depreciação				
Taxas médias anuais	50%	50%	50%	
Saldo em 01/01/2025	(3.926)	(451)	(751)	(5.128)
Adições	(492)	(63)	(217)	(772)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	(4.418)	(514)	(968)	(5.900)
Saldo líquido				
Saldo em 01/01/2025	787	94	154	1.035
Saldo em 31/12/2025	295	35	445	775

13. INTANGÍVEL

O ativo intangível está avaliado de acordo com a Nota 2.1 (k) e apresentou a seguinte movimentação e composição em 2024:

Custo	Softwares	Intangível em Andamento	Total
Saldo em 01/01/2024	22.701	4.119	26.820
Adições	73	3.676	3.749
Transferências	3.365	(2.738)	627
Baixas	(12)	-	(12)
Saldo em 31/12/2024	26.127	5.057	31.184
Amortização			
Taxas médias anuais	20%		
Saldo em 01/01/2024	(18.208)	-	(18.208)
Adições	(1.327)	-	(1.327)
Transferências	(391)	-	(391)
Baixas	12	-	12
Saldo em 31/12/2024	(19.914)	-	(19.914)
Saldo líquido			
Saldo em 01/01/2024	4.493	4.119	8.612
Saldo em 31/12/2024	6.213	5.057	11.270

O ativo intangível está avaliado de acordo com a Nota 2.1 (k) e apresentou a seguinte movimentação e composição em 2025:

Custo	Softwares	Intangível em Andamento	Total
Saldo em 01/01/2025	26.127	5.057	31.184
Adições	47	4.191	4.238
Transferências	1.068	(8.455)	(7.387)
Baixas	(4)	-	(4)
Saldo em 31/12/2025	27.238	793	28.031
Amortização			
Taxas médias anuais	20%		
Saldo em 01/01/2025	(19.914)	-	(19.914)
Adições	(2.142)	-	(2.142)
Transferências	11	-	11
Baixas	4	-	4
Saldo em 31/12/2025	(22.041)	-	(22.041)
Saldo líquido			
Saldo em 01/01/2025	6.213	5.057	11.270
Saldo em 31/12/2025	5.197	793	5.990

14. FORNECEDORES

A conta de fornecedores está assim composta:

	2025	2024
Fornecedores nacionais de mercadorias	131.184	112.730
Fornecedores nacionais de serviços	17.490	16.037
Fornecedores estrangeiros de merc. e serviços	3.266	1.835
Fornecedores de materiais em consignação	37.646	23.785
Fornecedores de serviços médicos (provisionados)	51.621	55.338
Total	241.207	209.725

15. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

a. A Entidade constituiu provisão para causas trabalhistas, baseando-se nos itens e valores reclamados, causa a causa, tanto os ajuizados individualmente, quanto os coletivos. Para todos os itens classificados pelos assessores jurídicos como sendo uma provável obrigação futura, foram estimados os valores a serem desembolsados, considerando todos os encargos e atualizados até 31 de dezembro de 2025. Dos valores estimados, aqueles que têm chance provável de liquidação em 2026 foram classificados no Passivo Circulante. Os demais foram classificados no Passivo Não Circulante. O resultado das estimativas é o que segue:

	2025	2024
Valores estimados com provável desembolso no curto prazo.	42.407	43.254
Valores estimados com provável desembolso no longo prazo.	85.299	87.331
Total	127.706	130.585

b. Valores provisionados em função dos processos cíveis em andamento decorrentes do curso normal das operações, classificados como uma provável obrigação futura ou em fase de liquidação de sentença, considerando todos os encargos e atualizados até 31 de dezembro de 2025. Os valores provisionados no circulante são os que seguem:

	2025	2024
Valores provisionados processos cíveis no curto prazo	3.726	2.338
Total	3.726	2.338

Total das provisões trabalhistas, cíveis e tributárias:

	2025	2024
No Circulante	46.133	45.592
No Não Circulante	85.299	87.331
Total	131.432	132.923

- c. Existem contingências passivas referente a reclamações trabalhistas promovidas contra a Entidade em tramitação, cujas decisões proferidas ainda estão sujeitas à modificação, as quais, conforme posicionamento de seus assessores jurídicos, foram classificadas como de possíveis desembolsos de caixa futuro. Assim considerando, os valores envolvidos estão estimados em R\$10.226 (R\$ 6.754, em 2024).
- d. Existem contingências passivas referentes a processos cíveis em tramitação contra a Entidade, cujas decisões proferidas ainda estão sujeitas à modificação. As classificadas como possíveis desembolsos de caixa futuros, por seus assessores jurídicos, apresentam valores totais estimados em R\$32.611 (R\$ 27.357, em 2024).
- e. Existem 26 pensões vitalícias em fase de pagamento pela Entidade reconhecidas como obrigações a pagar no Passivo Circulante. Deste total, 20 pensões são de origem trabalhista e 6 de origem cível. São reconhecidas na despesa mensalmente, de acordo com a confirmação da obrigação, considerando a condição de vitaliciedade do beneficiário, além disso as pensões são revisadas com estimativa atuarial. Os valores envolvidos por faixa são:
- Até 1 salário mínimo (nacional) = 23 pensões;
 - Acima de 1 e até 5 salários mínimos (nacional) = 3 pensões.

A movimentação das provisões é a que segue:

Provisões de Passivos Judiciais	2025	2024
Saldo Inicial	132.923	134.871
(+) Constituições	27.925	60.006
(-) Correções e Juros Ativos	(4.190)	(2.965)
(+) Correções e Juros Passivos	6.429	8.036
(-) Baixas	(31.655)	(67.025)
(=) Saldo Final	131.432	132.923

16. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se a valores captados para eventuais necessidades de capital de giro e investimentos de capital. As taxas de juros praticadas pelo conjunto da carteira têm uma média ponderada de 106% do CDI (14,90% a.a.). Do valor total em 31/12/2025, R\$ 76.656 estão em curto prazo, tem vencimento no decorrer de 2025 (R\$ 84.671 posição em 2024).

A abertura dos empréstimos em 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

Modalidade	Indexador	Taxa / Range	2025	2024
Capital de Giro	CDI + Tx Pré	17,08% - 18,31%a.a.	280.690	258.743
Capital de Giro	Tx Pré-fixada	8,08%a.a.	2.567	11.107
Capital de Giro	TR + Tx Pré	12,63% a.a.	27.340	36.235
Capital de Giro	Pré-fixado	1,68% a.m.	13.574	-
BRDE / BNDES	SELIC + Tx Pré	15,67%a.a.	-	91.306
BRDE / AFD	Tx Euribor 6m + Tx Pré	6,28%a.a.	58.002	63.690
Investimento	CDI + Tx Pré	17,08% - 17,33%a.a.	177.351	79.498
Investimento	TR + Tx Pré	12,63% a.a.	11.951	15.305
Investimento	Tx Pré-fixada	13,76%a.a.	46.417	62.532
		Total	617.892	618.416
	Passivo circulante		76.656	84.671
	Passivo não circulante		541.236	533.745

A composição dos financiamentos, por ano de vencimento, é a que segue:

	2025	2024
Valores vencidos em 2026	-	90.948
Valores vencidos em 2027	62.689	86.637
Valores vencidos em 2028	76.611	77.297
Valores vencidos em 2029	71.286	73.279
Valores vencidos em 2030	71.891	65.837
Valores vencidos em 2031	71.079	31.959
Valores vencidos em 2032	64.362	31.683
Valores vencidos em 2033	49.348	17.859
Valores vencidos em 2034	42.936	17.400
Valores vencidos em 2035	31.034	10.495
Valores vencidos em 2036	-	4.922
Valores vencidos em 2037	-	4.922
Valores vencidos em 2038	-	4.922
Valores vencidos em 2039	-	4.922

Valores vencidos em 2040	-	4.922
Valores vencidos em 2041	-	4.922
Valores vencidos em 2042	-	820
Total	541.236	533.745

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é a que segue:

	2025	2024
Saldo inicial	618.415	568.534
(+) Captação	576.983	856.828
(+) Encargos sobre Empréstimos e Financiamentos	93.074	90.432
(-) Pagamento do principal	(587.809)	(839.534)
(-) Pagamento de juros	(82.772)	(57.844)
(=) Saldo final	617.892	618.415

17. RECEITAS A REALIZAR DE DOAÇÕES PRIVADAS E GOVERNAMENTAIS DO PASSIVO CIRCULANTE

O valor de R\$ 21.847 (R\$ 20.128, em 2024) refere-se a valores recebidos “a fundo perdido” a título de doações da iniciativa privada, pessoas físicas e jurídicas, e assistências governamentais que ainda não tiveram os requisitos atendidos para reconhecimento como receita do período, de acordo com interpretação técnica ITG 2002(R1), aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, que passou a vigorar a partir de 1º/01/2012. Os valores estão classificados no Circulante devido a se destinarem a despesas de custeio do exercício de 2025.

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Resumo das Obrigações:	2025	2024
a) Valores consignados em folha de pagamento	3.948	3.445
b) Processos cíveis e trabalhistas	4.373	1.997
c) Banco Santander S/A.	-	1.517
d) Banrisul S/A	2.000	-
e) Serviços médicos à SEC - Soc. de Educação e Caridade	1.735	1.697
f) Arrendamentos de bens	565	758
g) Outros Credores	1.420	1.258
Total	14.041	10.672

- a. Obrigações perante diversos credores originadas por valores consignados em folha de pagamento de empregados no valor de R\$ 3.948 (R\$ 3.445, em 2024).
- b. Obrigação referente a processos cíveis ou trabalhistas transitados em julgado em fase de liquidação R\$ 4.373 (R\$ 1.997, em 2024).
- c. Valor referente à antecipação de receita pelo uso de espaço físico e operacionalização da folha de pagamento dos empregados, enquanto estiverem sob a gestão da Santa Casa por parte do Banco Santander S/A, foi finalizado em 31/07/2025.
- d. A partir de 01/12/2025 o novo contrato passou a ser com o Banco Banrisul S/A. O espaço cedido e a operacionalização da folha de pagamento dos empregados, enquanto estiverem sob a gestão da Santa Casa é pelo prazo de 05 (cinco) anos, com término em 30/11/2030. As receitas estão sendo reconhecidas no resultado do período conforme sua realização. No passivo circulante representa R\$ 2.000 milhões e no passivo não circulante representa R\$ 7.833 milhões.
- e. Provisão referente a prováveis serviços médicos a serem prestados para a SEC - Sociedade Educação e Caridade, no valor de R\$ 1.735 (R\$ 1.697, em 2024).
- f. Arrendamentos de equipamentos utilizados nas atividades operacionais R\$ 565 (R\$ 758, em 2024).
- g. Outros Credores R\$ 1.420 (R\$ 1.258, em 2024).

19. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

As obrigações a longo prazo referem-se:

- a. Fornecedores: referem-se a obrigações originadas de equipamentos médicos adquiridos no mercado externo para os ativos imobilizado.

	Nº de parcelas	Periodicidade dos pagamentos	2025	2024
Fornecedor				
General Eletric	1	Trimestral	-	287
General Eletric	2	Trimestral	-	327
Total			-	614

- b. Valor referente a doações privadas e assistências governamentais recebidas “a fundo perdido” cujos requisitos necessários para reconhecimento na receita do período ainda não foram atendidos, conforme a interpretação técnica ITG 2002, aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, que passou a vigorar a partir de 1º/01/2012 (R1). Os valores estão classificados no Passivo Não Circulante por serem destinados a investimentos de capital e serão reconhecidos no resultado de exercícios seguintes como receita de assistência governamental ou doação privada, na mesma proporção e prazo da depreciação dos ativos financiados, ou quando de sua alienação. A composição do valor por fonte de recurso é que segue:

Movimentação	Assistência da administração pública	Doações da iniciativa privada	Total
Saldo 2023	135.516	364.895	500.411
Doações/Assistências recebidas	40.826	17.922	58.748
Rendimentos de aplicações financeiras	3.457	1.589	5.046
(-) Recursos devolvidos (não utilizados)	(1.649)	-	(1.649)
(+/-) Reclassificações de recursos	174	(1.804)	(1.630)
(-) Realização de Doações/Assistência	(16.322)	(15.117)	(31.439)
Saldo 2024	162.002	367.485	529.487

Movimentação	Assistência da administração pública	Doações da iniciativa privada	Total
Saldo 2024	162.002	367.485	529.487
Doações/Assistências recebidas	30.718	41.461	72.179
Rendimentos de aplicações financeiras	3.572	4.328	7.900
(-) Recursos devolvidos (não utilizados)	(1.876)	-	(1.876)
(+/-) Reclassificações de recursos	845	(1.323)	(478)
(-) Realização de Doações/Assistência	(23.105)	(16.553)	(39.658)
Saldo 2025	172.156	395.397	567.554

- c. Outras obrigações: o valor de R\$ 964 (R\$ 1.189, em 2024) está composto por:
 1. Bens de terceiros: equipamentos hospitalares R\$ 705 (R\$ 863 em 2024).
 2. Arrendamentos: contratos de arrendamento de equipamentos para utilização na operação R\$ 259 (R\$ 326, em 2024).

20. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social no valor de R\$ 335.005 (R\$ 327.978, em 2024) é composto por todos os bens e direitos líquidos que a Entidade. Esse montante varia conforme os resultados superavitários ou deficitários das operações. Em caso de déficit, os recursos do patrimônio social são utilizados para absorção.

Superávit acumulado:

Por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos, não distribuição de lucros. Assim, o saldo de superávit, quando existe, é integralmente destinado às atividades institucionais.

O resultado dos exercícios, por tipo de atividade de assistência social, foi o seguinte:

	2025	2024
Resultado com Atividade de Saúde	5.045	6.950
Resultado com Atividade de Ensino	835	88
Superávit do Exercício	5.880	7.038

21. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

A composição da Receita Líquida de Serviços é a que se segue:

	2025			2024		
	Saúde	Educação	Total	Saúde	Educação	Total
Serviços Prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS	591.884	-	591.884	506.701	-	506.701
Serviços Prestados ao Inst. de Previdência do Estado - IPERGS	329.818	-	329.818	277.863	-	277.863
Serviços Prestados a Outros Convênios	980.867	-	980.867	859.764	-	859.764
Serviços Prestados a Particulares	134.562	-	134.562	117.183	-	117.183
Receita de Outros Serviços	79.128	1.948	81.077	69.368	642	70.010
Doações privadas e Assistências Governamentais ¹	65.503	23	65.526	91.929	27	91.956
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	2.181.762	1.971	2.183.734	1.922.807	670	1.923.477
(-) Receitas Glosadas e Canceladas	(43.005)	-	(43.005)	(35.817)	-	(35.817)
(=) RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	2.138.757	1.971	2.140.728	1.886.990	670	1.887.660

¹Doações privadas e assistências governamentais no valor de R\$ 65.526 (R\$ 91.956 em 2024) referem-se a recursos recebidos em apoio ao custeio e, principalmente, às necessidades de investimentos da Entidade. Foram reconhecidas no resultado, conforme explicitado na Nota 2.1 (q). Do referido valor, R\$ 21.031 (R\$ 41.625, em 2024) refere-se a assistências governamentais e R\$ 44.495 (R\$ 50.331, em 2024) a doações da iniciativa privada. Os valores ocorrem em recursos monetários, bem como em bens, materiais, medicamentos e demais insumos para o desenvolvimento das atividades.

Em março de 2024, a Santa Casa de Porto Alegre passou a desempenhar atividades na área de educação profissionalizante, com a criação da Escola Técnica da Santa Casa para oferta do Curso Técnico em Enfermagem – eixo tecnológico Ambiente e Saúde, passando a Escola a integrar o Sistema Estadual de Ensino, conforme deliberação nº 784/2023, Processo SE nº 23/1900-0012676-1 publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de novembro de 2023. Conforme norma técnica ITG 2002(R1), bem como o artigo 6º, §1º da Lei Complementar 187/2021 e artigo 3º, § 3º do Decreto

11.791/2023, a entidade que atue em mais de uma das áreas a que se refere o art. 2º da Lei Complementar 187/2021 deverá manter escrituração contábil segregada por área, de modo a evidenciar as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desempenhada. Portanto, a receita realizada no ano de 2025 da Escola Técnica foi de R\$ 1.971 conforme quadro acima demonstrado.

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição do custo dos serviços prestados está a seguir demonstrada:

	2025			2024		
	Saúde	Educação	Total	Saúde	Educação	Total
Com Pessoal Próprio	(629.392)	(68)	(629.460)	(584.960)	(41)	(585.001)
Com Pessoal de Terceiros	(316.227)	(762)	(316.989)	(277.647)	(304)	(277.951)
Com Material de Consumo	(617.415)	(49)	(617.464)	(530.089)	(35)	(530.124)
Gerais	(84.029)	(32)	(84.061)	(65.590)	(93)	(65.683)
Depreciação e amortização	(46.008)	(25)	(46.033)	(43.130)	(12)	(43.142)
Indiretos	(299.676)	(201)	(299.877)	(258.423)	(100)	(258.523)
Total	(1.992.748)	(1.137)	(1.993.885)	(1.759.840)	(584)	(1.760.424)
Os Custos Indiretos estão compostos por:						
Com Pessoal Próprio	(111.371)	(15)	(111.385)	(100.627)	(8)	(100.635)
Com Pessoal de Terceiros	(55.929)	(164)	(56.092)	(47.751)	(63)	(47.814)
Com Material de Consumo	(109.252)	(11)	(109.263)	(91.188)	(7)	(91.195)
Gerais	(14.984)	(7)	(14.991)	(11.439)	(19)	(11.458)
Depreciação e amortização	(8.140)	(5)	(8.146)	(7.421)	(2)	(7.421)
Total	(299.676)	(201)	(299.877)	(258.423)	(100)	(258.523)

Os custos indiretos referem-se aos custos das áreas de apoio técnicas e administrativas absorvidos integralmente pelas áreas prestadoras de serviços aos clientes.

Com relação à Escola Técnica Santa Casa, conforme norma técnica ITG 2002(R1), bem como o artigo 6º, §1º da Lei Complementar 187/2021 e artigo 3º, § 3º do Decreto 11.791/2023, a entidade que atue em mais de uma das áreas a que se refere o art. 2º da Lei Complementar 187/2021 deverá manter escrituração contábil segregada por área, de modo a evidenciar as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desempenhada. Vale ressaltar que a atividade preponderante da Santa Casa de acordo com realização dos custos e despesas é na área da Saúde.

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas no valor de R\$ 39.605 (R\$ 42.147, em 2024) referem-se a valores que não são atribuíveis à prestação de serviços ou às atividades de apoio técnico-administrativas.

24 RECEITAS PATRIMONIAIS/EVENTUAIS

Receitas patrimoniais/eventuais no valor de R\$ 10.301 (R\$ 9.956, em 2024) são originadas por ações que visam angariar fundos complementares, através do aproveitamento máximo dos recursos da Entidade. Em sua maior parte, são formadas por ações de: locações de espaços internos e imóveis, serviços de análises microbiológicas, indenizações de bens sinistrados, reciprocidade de fornecedores, entre outras.

25. RESULTADOS SOCIAIS

- O valor da isenção da Contribuição Previdenciária que a Entidade tem direito totalizou R\$ 181.406 no exercício (R\$ 170.421, em 2024).
- A Entidade recebe serviços voluntários de seus Provedores, dos integrantes do Conselho Fiscal, dos integrantes de sua Mesa Administrativa e de voluntários em diversas áreas assistenciais. Os valores recebidos pelas horas doadas foram de R\$ 714 (R\$ 606, em 2024) sendo registrada receita de igual valor à despesa, conforme estabelecido pela Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de setembro de 2012.
- A Entidade obteve a renovação de seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde deferida pela Portaria SAES/MS Nº 3.503, de 24 de novembro de 2025, com validade pelo período de 1º/01/2024 a 31/12/2026. Em dezembro/2023 foi protocolado, tempestivamente, o pedido de renovação no SISCEBAS para o triênio 2024/2026, prorrogando a validade do CEBAS pelo período de análise do requerimento de renovação tempestivamente apresentado, estando a Entidade, no período de 01/01/2024 a 23/11/2025, alcançada pelo disposto no parágrafo 2º, do art. 27, da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece: a certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado.
- Em março de 2024, a Santa Casa de Porto Alegre passou a desempenhar atividades na área de educação profissionalizante, com a criação da Escola Técnica da Santa Casa para oferta do Curso Técnico em Enfermagem. Por esta razão, em observância a Lei Complementar 187/2021 e Decreto 11.791/2023, as entidades que atuam na área de educação profissionalizante precisam oferecer bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, admitida a proporcionalidade em caso de bolsas parciais, nos termos e em observância os requisitos da Lei e Decreto, a fim de cumprir as exigências da certificação da condição de entidade beneficente de assistência social – CEBAS. Desta forma, a entidade apresentou uma quantidade de 427 matriculados, sendo 334 alunos pagantes e 93 bolsistas, representando percentual de oferta de bolsas além do previsto da norma.
- Em 2025, a Entidade permaneceu com seus índices de acordo com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017 que por sua vez, foi alterada pela Portaria 7.325/2025 (Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social na área de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e do Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023). Mantendo a prestação anual de serviços

ao SUS dentro do percentual mínimo, 60% (sessenta por cento). Tal percentual é comprovado pelos registros das internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais que pode ser verificado através do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS), Hospitalares (SIH/SUS) e Hospitalar e Ambulatorial (CIHA), as internações e atendimentos ambulatoriais também são apurados de acordo com os critérios de produção de internações hospitalares, medidas pela razão paciente-dia e atendimentos ambulatoriais medidos por quantidade de atendimentos/procedimentos. Ainda conforme o dispositivo legal, a entidade que realiza prestação de serviços ofertados ao SUS pode aderir a Programas e Estratégias Prioritárias Definidas pelo Ministério da Saúde com finalidade de agregar ao índice o percentual de 1,5% para cada programa, limitados a 10%. A Santa Casa agrega 6%, aderindo aos programas: Atenção Obstétrica e Neonatal; Atenção Oncológica; Atenção às Urgências e Emergências; e Hospital de Ensino. O quadro a seguir apresenta os percentuais dos anos de 2024 e 2025 para o CEBAS-Saúde:

	2025	2024
Percentual de Internações SUS	46,44%	46,49%
Acréscimo de 10% Componente Ambulatorial SUS	10,00%	10,00%
Programas e Estratégias Prioritárias MS	6,00%	6,00%
Percentual total Filantropia SUS	62,44%	62,49%

26. (DÉFICIT) FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Juros / Descontos Obtidos	12.935	7.420
Rendimento de Aplicações Financeiras	2.538	2.209
Variação Monetária Ativa	2.655	1.174
Variação Cambial Ativa	4.404	2.443
Dividendos e Bonificações	45	45
Total	22.577	13.291
Despesas Financeiras		
Juros Pagos / Descontos Concedidos	(18.634)	(12.495)
Despesas Bancárias e de cobrança	(6.238)	(3.609)
Variação Monetária Passiva	(90)	(5)
Variação Cambial Passiva	(6.635)	(1.874)
Despesa com Financiamento	(90.332)	(92.213)
Ajuste a Valor Presente (AVP) de Arrendamentos	(103)	(124)
Total	(122.032)	(110.320)
(=) (Déficit) Financeiro¹	(99.455)	(97.029)

(1) Houve um resultado financeiro superavitário para a atividade de ensino de R\$ 1 no exercício social de 2025.

27. ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE

O governo administrativo e econômico da Santa Casa é realizado pela Mesa Administrativa, composta pelo Provedor, três Vice Provedores e doze Mesários. Os integrantes desse Órgão, conforme reza em seu Compromisso Estatutário não recebem remuneração ou benefícios, direta ou indiretamente, de qualquer forma, em contrapartida aos serviços prestados.

Para a execução das estratégias, diretrizes e decisões definidas pela Mesa Administrativa é nomeada uma Diretoria Executiva contratada sob o regime CLT para a qual a Entidade remunerou, em 2025, R\$ 10.237 (R\$ 6.662, em 2024). Não há outros benefícios pagos ou a pagar, tampouco direitos reconhecidos a serem pagos, inclusive no que se refere a benefícios pós-emprego.

28. SEGUROS

Os bens imóveis, móveis e estoques da Entidade estão cobertos por seguro na modalidade incêndio (para riscos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval e alagamento), assim como os veículos estacionados na propriedade localizada no centro de Porto Alegre estão cobertos por seguro na modalidade responsabilidade civil, ambos com vigência até junho/2026, e os veículos na modalidade automóvel (cobertura total), com vencimento em outubro/2026. Todos os seguros estão contratados com importâncias seguradas dentro dos limites técnicos julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15/01/2026, foi formalizada junto à Secretaria Municipal de Saúde a descontinuidade dos contratos de prestação de serviços da Santa Casa relativos à gestão das Unidades de Saúde do Município de Porto Alegre. A referida descontinuidade ocorrerá ao longo do exercício de 2026.

Alfredo Guilherme Englert
Provedor

Vilson Darós
Vice-Provedor

Claudio Pacheco Prates Lamachia
Vice-Provedor

Walter Lidio Nunes
Vice-Provedor

Jader Pires
Diretor Geral

Antonio Nocchi Kalil
Diretor Médico e de Ensino e Pesquisa

Gisele Alsina Nader Bastos
Diretora Técnica

Mariele Chrischon de Almeidaa
Diretora de Operações

Fabricio Gaeede
Diretor Administrativo

Luis Eduardo Ramos Mariath
Diretor Financeiro

Marconi Micco
Contador CRC/RS 53921/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
Porto Alegre - RS

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação técnica ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aplicável para entidades sem fins lucrativos.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Entidade, cuja apresentação não é requerida às entidades de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09

- Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação técnica ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aplicável para entidades sem fins lucrativos, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles financeiros, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de março de 2026.

DELOITTE TOUCHE TOMAHTSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC nº 1 RS 060571/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no exercício de suas competências conferidas na alínea “d” do art. 62 do Compromisso Estatutário, procedeu ao exame do Relatório de Atividades, bem como, das Demonstrações Financeiras pertinentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e, com base nas reuniões periódicas com gestores de áreas da Santa Casa, nas análises de documentos e, substancialmente, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, verificou a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do parecer sem ressalva da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU LIMITED, entendeu que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição econômico-financeira e as atividades desenvolvidas pela Santa Casa no exercício de 2025. Assim, diante do exposto, o Conselho opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e deliberados pela Mesa Administrativa e Assembleia Geral Ordinária da Irmandade.

Porto Alegre, 17 de março de 2026.

Antonio Parissi

Conselheiro Presidente

Flávio Sérgio Wallauer

Conselheiro

José de Souza Mendonça

Conselheiro

Luís Roberto Andrade Ponte

Conselheiro

Percival Oliveira Puggina

Conselheiro

Jeanette Halmesnchlager Lontra

Conselheira

Paulo Renê Bernhard

Conselheiro

Pedro Bins Ely

Conselheiro